

## Alcântara e o Centro de Lançamento: mapeamento das violências contra as comunidades quilombolas na década de 1990

Ana Livia Melo Sanromã

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

**Resumo:** Após o golpe civil-militar de 1964, a política econômica brasileira passou a se orientar pelo ideário do desenvolvimento e do progresso, fundamentando ações estatais de expansão do capital e a modernização conservadora do campo. Esse processo intensificou práticas como grilagem, desapropriações, expropriações, invasões e assassinatos, atingindo populações quilombolas, tratadas como obstáculos ao modelo desenvolvimentista dominante, em contraste com suas concepções de território e Bem Viver. Nesse contexto, o trabalho buscou mapear os índices de violência no campo envolvendo comunidades quilombolas na década de 1990 a 2010, com base nas fontes impressas disponibilizadas pela Biblioteca Pública Benedito Leite. Um dos casos mais emblemáticos ocorreu em Alcântara, onde aproximadamente 62 mil hectares foram desapropriados para a instalação do Centro de Lançamento, resultando na remoção compulsória de mais de 300 famílias para agrovilas. Contudo, as violências não foram assimiladas de forma passiva.

**Palavras-chave:** Alcântara, Quilombola, Território, Violência.

## Alcântara and the Launch Center: mapping the violence against quilombola communities in the 1990s

**Abstract:** After the civil-military coup of 1964, Brazilian economic policy began to be guided by the ideology of development and progress, underpinning state actions of capital expansion and conservative modernization of the countryside. This process intensified practices such as land grabbing, expropriations, invasions, and murders, affecting quilombola populations, treated as obstacles to the dominant development model, in contrast to their conceptions of territory and Good Living. In this context, the work sought to map the levels of violence in the countryside involving quilombola communities from the 1990s to 2010, based on printed sources made available by the Benedito Leite Public Library. One of the most emblematic cases occurred in Alcântara, where approximately 62 thousand hectares were expropriated for the installation of the Launch Center, resulting in the forced removal of more than 300 families to agrarian villages. However, the violences were not passively assimilated.

**Keywords:** Alcântara, Quilombola, Territory, Violence.

### 1. Introdução

Após o golpe civil-militar que depôs João Goulart em 1964, promulgou-se o Estatuto da Terra (Lei n. 4.504/1964), a partir de uma lógica de modernização conservadora do campo, favorecendo o capital estrangeiro e nacional. Como resultado: aumentou a concentração de terras e a aquisição de extensas áreas por grandes empresas e projetos de desenvolvimento, intensificadas com a Lei Sarney de Terras (1969). Dessa forma, os conflitos por terra, deslocamentos populacionais e disputas territoriais aumentaram. No Maranhão, as leis supracitadas são incentivadas a partir dos discursos políticos de José

Sarney, do Maranhão Novo, e Roseana Sarney, com a campanha do Maranhão Novo, da década de 60 a década de 90.

Nesse contexto, as violências decorridas da sobreposição de projetos de desenvolvimento capitalista sobre territórios de comunidade tradicionais são explicadas por José de Souza Martins como a sobreposição da frente pioneira (desenvolvimento capitalista) que passa a expulsar e expropriar territórios e terras das comunidades e populações rurais (frente de expansão), “que viviam e uma economia de base familiar e sem nenhum documento que legitimasse a sua posse da terra (Pereira, 2017, p. 1). Revelando-se como um espaço de “Fronteira”, de intensas disputas e relações de poder, de um lado a os projetos de desenvolvimento capitalista, capitalizando o valor da terra, e do outro o campesinato e comunidades tradicionais que possui dimensão identitária, histórica e cultural, como propõe Serejo (2022).

Assim, tanto em dimensão nacional quanto regional, as comunidades quilombolas desde o período colonial lutam contra a opressão e violência de elites rurais. Perseguição, ameaça de assassinato, mortes, expropriação, desapropriação, invasão e grilagem são algumas das violências que acometem as comunidades quilombolas. Desrespeito e crimes contra os territórios e os modos de vida que são símbolos de resistência e ancestralidade e que contrapõem a lógica capitalista

Logo, o trabalho se dispõe a analisar os conflitos no campo das comunidades quilombolas de Alcântara em decorrência da instalação do Centro de Lançamento na década de 1980. Para sua construção foi realizado um levantamento bibliográfico e documental, analisando periódicos disponíveis na Biblioteca Pública Benedito Leite. As seções a seguir apresentarão de modo mais detalhado da metodologia, logo depois os resultados e discussões acerca do referencial teórico e documental acerca do Centro de Lançamento de Alcântara. Por fim, as considerações parciais do trabalho.

## 2. Material e Métodos

Neste trabalho foi utilizada pesquisa bibliográfica e documental disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Pública Benedito Leite. Foram consultados e discutidos livros, teses, dissertações e artigos que abordam as transformações no campo brasileiro e maranhense na década de 90, com ênfase na violência contra quilombolas. E foi realizado o levantamento documental a partir das fontes impressas dos periódico ludovicenses no *Jornal Pequeno*, *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão*.

## 3. Referencial Teórico

No Brasil, os conflitos agrários e disputas por território das comunidades quilombolas são problemáticas que se manifestam pela persistência do racismo estrutural e ambiental, na negação de direitos territoriais, no acesso desigual a políticas públicas e na exposição desproporcional a conflitos e danos ambientais (Serejo, 2022; Machado, 2009). Refletidos pelo passado marcado por políticas excludentes de acesso à educação e ao trabalho para a população negra egressa da escravidão.

Medeiros (1996, p. 02) define a violência rural como de “natureza estrutural e se inscreve como uma das faces da cultura política brasileira, em especial, mas não exclusivamente, no meio rural”. Isto quer dizer que as diversas formas de violência que afligem o campo são socialmente legitimadas pela sociedade nacional, que negam, em nome do desenvolvimento, os direitos constitucionais das comunidades tradicionais. Assim, as comunidades quilombolas resistem à expansão do desenvolvimento capitalista com seus saberes, modos de vida e organizações social definidas pelo *Bem-Viver*. Conceito que Albert Acosta define por uma proposta dialética que se contrapõe ao “viver bem” capitalista, marcado pelo consumismo e fetichismo, e verifica “uma proposta de luta que enfrenta a colonialidade do poder”.

Sob esse viés, a Lei Sarney de Terras, Lei nº 2.979, foi a política principal da campanha do Maranhão Novo, que segundo Amaral Neto (2022), objetificava modernizar o estado maranhense através do desenvolvimento econômico da ditadura militar e modernização conservadora da agricultura. Que no mandato de Roseana Sarney, de 1995-1998, reaparece no discurso “O Novo Tempo”. Barbosa (2015) e Barbosa (2025) argumentam que os governos facilitaram a privatização das terras públicas a sociedades anônimas e sem limitação para número de sócios, incentivando a expansão de grupos agropecuários e agroindustrias.

#### 4. Discussão

Alcântara, município localizado no Litoral Ocidental Maranhense, foi alvo da atenção das políticas de desenvolvimento da tecnologia espacial brasileira, durante os governos militares, por ser “próxima ao mar; baixa densidade demográfica; baixo custo de desapropriação; facilidade de acesso aéreo e marítimo ao município” (Costa Filho, 2002, p. 14 *apud* Serejo, 2020, p. 29). A construção do Centro de Lançamento foi aprovada através do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), no âmbito da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), na década de 1960/70.

No ano de 1980 foi publicado o Decreto nº 7.320 desapropriando 52 mil hectares do município. E em 1991 essa área foi aumentada pelo presidente Collor para 62 mil hectares, configurando mais da metade do território para desapropriação, na qual mais de 300 famílias foram realocadas para agrovilas nos anos de 1986 e 1987. Tais agrovilas, segundo Serejo (2022), são administradas por militares que impunham regras restritivas para a população quilombola, desrespeitando suas organizações sociais e atividades econômicas, os destinando a pequenas casas e impedindo a pesca e roçados.

Em reportagem do *Jornal Pequeno*, publicada em 22 de maio de 1992, sob o título “Parlamentar quer reabrir acordo entre Forças Armadas e lavradores”, não se explicita que os sujeitos do campo mencionados são os quilombolas, embora seja possível estabelecer essa associação a partir do contexto que envolve as Forças Armadas. No texto, o deputado Domingos Dutra (PT) apresenta à Assembleia Legislativa a necessidade de retomar as negociações entre os trabalhadores e a base espacial, relação que havia se deteriorado após o decreto de desapropriação de 1991.

As comunidades tradicionais e os sujeitos do campo estão sujeitos às diversas formas de violência que os atingem, o que os leva a construir estratégias de resistência para garantir seus direitos. Ainda que existam dispositivos legais, como a Constituição Federal de 1988,

sua efetivação nem sempre ocorre de maneira plena, o que reforça a necessidade de mobilização e luta por reconhecimento e justiça.

Em 1993 quilombolas ocuparam a sede do Incra, reivindicando a ampliação das áreas destinadas às agrovilas, com o objetivo de garantir o assentamento dos filhos dos moradores. Até a atualidade, como coloca Serejo (2020), Até hoje os filhos das famílias deslocadas para as agrovilas têm que dividir os pequenos lotes de 15ha concedidos aos seus pais. Esses novos espaços, além de reduzidos, não oferecem condições adequadas para a reprodução social, cultural e econômica da população tradicional. No ano de 1999 foi firmado o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica em Kiev, entre Brasil e Ucrânia, seguido, em 21 de outubro de 2003, pelo Tratado de Cooperação de Longo Prazo para a utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4, assinado em Brasília.

Entretanto, as comunidades quilombolas de Alcântara se articularam em forma de resistência contra as violências. Criaram no ano de 1999 o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE), pela defesa das de seus territórios, atividades de subsistência e tradições religiosas. A mobilização resultou na instalação do “Inquérito Civil Público [...] em 7 de julho de 1999, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na implantação da Base Espacial”.

## 5. Conclusões

Considera-se, portanto, que a violência no campo possui raízes ao longo da história brasileira marcada pela concentração fundiária e imposição do desenvolvimento pelos órgãos estatais, que reforçam a exclusão e marginalização das comunidades tradicionais. O golpe de 1964 e a Lei Sarney de Terras apenas ampliaram esse cenário, a partir das políticas de modernização conservadora e pelos grandes projetos implementados em todo o país e no Maranhão, favorecendo a expropriação, grilagem, deslocamento forçado, ameaças e mortes no meio rural. O caso de Alcântara demonstra as estratégias de resistências articuladas pela população para reafirmar suas identidades, territórios, modos de vida.

## Referências

AMARAL NETO, ROBERVAL. A LUTA PELA TERRA NO MARANHÃO CONTEMPORÂNEO: A “LEI SARNEY DE TERRAS” E A RESISTÊNCIA CAMPONESA. *Entropia*, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 147–164, 2022. Disponível em: <https://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/332>. Acesso em: 19 jan. 2026.

BARBOSA, Lucas Victor Quaresma. Quilombos Maranhenses na luta por territórios: territorialização étnica, conflitos agrários e o Movimento Quilombola do Maranhão. *Em Tempo de Histórias*, [S. l.], v. 24, n. 45, p. 143–166, 2025. DOI: 10.26512/emtempos.v24i45.56188. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/56188>. Acesso em: 02 fev. 2026.

CALDAS, Jaine de Jesus Alves; FURTADO, Marivânia Leonor Souza. Aquilombamento em Saco das Almas: luta e resistência aos efeitos socioterritoriais do agronegócio no Leste Maranhense.

**Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 28, n. 1, e10153, jan./mar. 2025. DOI: 10.47946/rnera.v28i1.10153. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/10153>.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MEDEIROS, Leonilde. Dimensões Políticas da violência no campo. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 126-141, 1996.

**PARLAMENTAR quer reabrir acordo entre Forças Armadas e lavradores**. Jornal Pequeno. São Luís, Maranhão. 22 de maio de 1992.

PROJETO Nova Cartografia Social da Amazônia. **Quilombolas atingidos pela Base Espacial de Alcântara**. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos, fasc. 10. São Luís: [s.n.], set. 2007. ISBN 85-86037-20-6.

SEREJO, Danilo. **A Convenção nº 169 da OIT e a questão quilombola: elementos para o debate**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2022.

SEREJO, Danilo. **A Atemporalidade do Colonialismo: contribuições para entender a luta das comunidades quilombolas de Alcântara e a Base Espacial**. 1ª ed. São Luís: UEMA, 2020.